



# O TEMPO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Prazo, extinção, prorrogação e renovação

MÁRCIO MONTEIRO REIS

Prefácio  
Alexandre Santos de Aragão

FORUM

MÁRCIO MONTEIRO REIS

Alexandre Santos de Aragão  
Prefácio

## O TEMPO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PRAZO, EXTINÇÃO, PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO

Ao tratar do tempo (prazo) nos contratos de concessão de serviço público, Márcio Monteiro Reis desfia o novelo das nuances e modificações recentes das fórmulas jurídicas que disciplinam a exploração privada de serviços de titularidade estatal (serviços públicos).

[...] Embora essa noção seja intuitiva e genérica, engana-se quem, numa aproximação superficial com o assunto, supõe que o tratamento da matéria seja uniforme ou estanque.

O livro descreve o quanto a abordagem legal e contratual do fator tempo nas concessões pode variar [...]. Para tanto, há ampla pesquisa do direito nacional e comparado e de diversos setores do que se convencionou denominar de serviços públicos. São apresentadas variáveis e tendências, [...] bem como as razões de natureza econômica e jurídica que justificam cada qual. [...]

A variabilidade dos modelos para fixação de prazo [...] é o elemento utilizado pelo autor para promover uma autêntica revisão do regime jurídico de delegação de serviços públicos a particulares. A rica pesquisa bibliográfica e normativa, reveladora de um universo complexo e heterodoxo de modelagens jurídicas, forneceu o material necessário para uma criteriosa revisão teórica da matéria.

O leitor encontrará muito mais do que o título da obra sugere. Não é apenas uma investigação sobre o tempo (prazo) das concessões, mas sim uma revisão da teoria geral da delegação de serviços públicos a particulares, promovida a partir do fio condutor da diversidade do tratamento jurídico conferido a esse ponto específico desse tipo de relação jurídica.

(Jacintho Arruda Câmara, Professor Doutor de Direito Administrativo da PUC-SP)

(continua na página 3)

### Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

### Áreas afins

ECONOMIA

### Palavras-chave

Concessão. Serviços Públicos. Contrato administrativo. Prorrogação. Extinção. Prazo. Tempo. Bens reversíveis. Equilíbrio econômico-financeiro. Regulação. Regulação contratual. Permissão. Public Utilities.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 3365

R375t

Reis, Márcio Monteiro

O tempo nos contratos de concessão de serviço público: prazo, extinção, prorrogação e renovação / Márcio Monteiro Reis. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

392p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-737-3

ISBN digital 978-65-5518-736-6

1. Concessão. 2. Serviços públicos. 3. Contrato administrativo. 4. Prorrogação. 5. Extinção. 6. Prazo. 7. Tempo. 8. Bens reversíveis. 9. Equilíbrio econômico-financeiro. 10. Regulação. 11. Regulação contratual. 12. Permissão. 13. *Public Utilities*. I. Título.

CDD 341

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

REIS, Márcio Monteiro. *O tempo nos contratos de concessão de serviço público: prazo, extinção, prorrogação e renovação*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 392p. ISBN 978-65-5518-737-3.

## MÁRCIO MONTEIRO REIS

Doutor e mestre em Direito Público pela UERJ. Professor de Direito Administrativo do Ibmec/RJ. Ex-Procurador da Fazenda Nacional. Advogado atuante na área do Direito Público. É presidente da Comissão de Direito Administrativo e membro da Comissão Especial de Energia Elétrica OAB/RJ. Conselheiro e coordenador de Direito Administrativo da ESA-OAB/RJ. Membro fundador do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ) e presidente de sua Comissão de Serviços Públicos, Concessões e Permissões.

*O livro aborda os principais problemas relacionados aos aspectos temporais da formação, execução e extinção dos contratos de concessão de serviços públicos e de infraestrutura. [...] Baseada em sólida pesquisa acadêmica, a obra se beneficia ainda da visão prática e da ampla experiência do autor como advogado especialista e professor na área. Atenderá, portanto, aos que buscam não apenas literatura segura e de boa qualidade, como respostas aos desafios jurídicos cotidianos no trato dos contratos de concessão.*

**(Patrícia Ferreira Baptista, Professora Doutora de Direito Administrativo da UERJ)**

*O livro de Márcio Monteiro Reis enriquece a literatura jurídica brasileira, no campo dos contratos administrativos, com notável pesquisa doutrinária e atualidade de pensamento, estando fadado a tornar-se referência na matéria. Já nasce clássico.*

**(Gustavo Binenbojm, Professor Titular de Direito Administrativo da UERJ)**

*O livro, que li ainda quando era tese, é daqueles que merece ser lido. Com um recorte preciso do objeto, Márcio consegue contemplar todos os diferentes aspectos da vigência do contrato de delegação de serviço público, inclusive aqueles pouco tratados pela doutrina. Exposto de forma didática sem cair na vulgaridade de apostilas, a obra oferece um verdadeiro manual sobre a duração e a extinção da concessão. A leitura associa o prazer da escrita escorreita com a satisfação de ver dúvidas bem equacionadas.*

**(Floriano de Azevedo Marques Neto, Professor Titular de Direito Administrativo da USP)**

A concessão é um instituto tradicional do direito administrativo, mas esses contratos ganharam muita importância a partir da década de 90. Ainda são raros os casos de contratos extintos pelo decurso de tempo, com a escolha de um concessionário sucessor. O fenômeno não é exclusivo do Brasil. Nathalie Vinci, professora francesa, em rara obra dedicada ao fim das concessões, afirma que é preciso reconhecer que, mesmo os contratos mais longos, precisam, em algum momento, ter um fim. Chega-se agora ao momento em que vários contratos de concessão assinados após o advento da Lei Geral das Concessões de Serviço Público (Lei nº 8.987/95) atingiram o final do seu prazo. Impõe-se uma decisão entre prorrogá-los ou extingui-los. Quais as condições e os requisitos para as prorrogações? Como resolver os inúmeros problemas da transição entre concessionários? Ainda há poucos estudos sobre essa fase crucial das concessões. A presente obra pretende abordar essas questões, examinando como devem ser estabelecidos os prazos das concessões, as diversas espécies de prorrogação, os aspectos a serem considerados quanto à reversão de bens e tantas outras questões que precisam ser resolvidas nesse momento.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Alexandre Santos de Aragão .....	17
APRESENTAÇÃO .....	23
INTRODUÇÃO .....	25
CAPÍTULO 1	
O PRAZO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO .....	31
1.1 A crise do modelo contratual de concessão com prazo fixo.....	31
1.1.1 A crise brasileira: relicitação e prorrogação antecipada .....	31
1.1.2 A transição norte-americana para uma regulação sem contrato (e sem prazo) .....	40
1.1.3 O retorno norte-americano aos contratos (governar por contrato) .....	48
1.2 Vantagens e desvantagens do modelo contratual a prazo fixo .....	58
1.2.1 A ótica do poder público: <i>publicatio</i> e licitações periódicas .....	58
1.2.2 A ótica do concessionário: equilíbrio econômico-financeiro em contratos incompletos .....	67
1.3 O modelo de regulação com contrato a prazo fixo .....	83
1.3.1 A opção pela regulação contratual (com ou sem concorrência) .....	83
1.3.2 A impossibilidade de contratos perpétuos ou por prazo indeterminado .....	101
1.3.3 Competência do Poder Executivo para fixar o prazo .....	105
1.4 A fixação do prazo .....	117
1.4.1 O prazo como elemento essencial da equação econômico-financeira do contrato .....	117
1.4.2 Os critérios para a fixação do prazo .....	132
CAPÍTULO 2	
PRORROGAÇÃO .....	145
2.1 Aspectos gerais .....	145
2.1.1 Quando se justifica .....	145
2.1.2 Competência para prorrogar .....	154
2.1.3 Requisitos .....	163
2.1.4 Limites quanto aos reflexos da prorrogação no objeto contratual ...	181
2.2 Espécies de prorrogação .....	194
2.2.1 Ordinárias .....	194
2.2.1.1 Convencionais (por interesse público) .....	194
2.2.1.2 Premial .....	206
2.2.2 Extraordinárias .....	219
2.2.2.1 Para fins de reequilíbrio .....	219
2.2.2.2 Prorrogação antecipada (para fins de reequilíbrio) .....	258
2.2.2.3 Por emergência .....	275
2.3 Duração e quantidade dos períodos adicionais .....	283
CAPÍTULO 3	
ENCERRAMENTO DO PRAZO CONTRATUAL .....	297
3.1 Relicitação: encerramento antecipado do prazo por acordo entre as partes .....	297
3.2 Extinção do contrato e indenização de bens reversíveis não amortizados .....	313
3.2.1 Identificação dos bens reversíveis em uma concessão .....	313
3.2.1.1 Conceito e natureza dos bens reversíveis .....	313
3.2.1.2 A disciplina legal e contratual dos bens reversíveis .....	319
3.2.1.3 A essencialidade para a prestação do serviço público .....	324
3.2.2 Indenização de bens reversíveis ao final do prazo dos contratos de concessão ou permissão de serviço público .....	336
3.2.2.1 Investimentos não amortizados e desequilíbrio contratual .....	336

3.2.2.2 A origem da indenização de investimentos não amortizados.....	348
3.2.2.3 Investimentos a serem indenizados ao final do contrato.....	351
3.2.2.4 Extinção antecipada e indenização.....	363
 CONCLUSÃO.....	 367
 REFERÊNCIAS .....	 377